

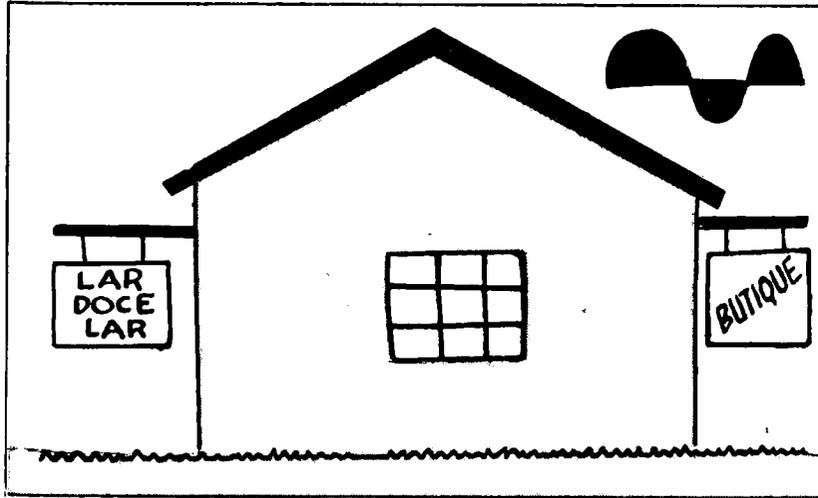
Demissão ameaça mudar perfil de Brasília

Hugo Marques

As casas geminadas do Plano Piloto e as mansões do Lago poderão, até o final deste mês, entrar no rol dos estabelecimentos comerciais de Brasília. A medida consiste em liberar alvarás de funcionamento de comércio nestas casas e deverá mudar toda a estrutura social da cidade. A intenção do Governo do Distrito Federal, ao adotar esta nova política, é de absorver no mercado de trabalho os milhares de servidores que já começaram a ser demitidos com o Plano Collor e regularizar a economia informal.

Pelas regras que a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo vai concluir nos próximos dias, que depois serão levadas ao governador Wanderley Vallim, a concessão de alvarás nas residências se restringirá a empresas de prestação de serviços, a exemplo de escritórios de engenharia, empresas de informática, estúdios de fotografia e filmagem, ateliês de costura, lapidação de pedras preciosas, fabricação e comercialização de artesanatos.

Essas áreas de comércio foram



escolhidas para funcionar nas residências porque não acarretam em poluição, barulho ou congestionamento de trânsito, na localidade em que funcionarão. O Governador pediu à Secretaria da Indústria e Comércio para formular as regras, em caráter de emergência, como forma de se evitar um colapso sócio-econômico, em decorrência da demissão em massa de servidores,

aliada ao período de recessão.

Números

O que levou o GDF a repensar a função urbana de Brasília, além da demissão de servidores, foi o crescente número de pequenas empresas que estão pedindo regularização. O número de consultas prévias para a aquisição de alvará de funcionamento, por exemplo, cresceu 32% nos meses de abril e maio, em relação aos três primeiros me-

ses deste ano. Na Junta Comercial, o número de empresas registradas subiu 30% depois do Plano Collor.

O que tem levado as empresas a procurarem o caminho da economia formal é o aperto da fiscalização, além de que os cheques acima ou igual a 100 BTN, — Bônus do Tesouro Nacional (Cr\$ 4,3 mil) têm de ser nominais, o que também facilita a fiscalização. O GDF também considerou os preços de aluguéis de salas comerciais na cidade, acima de Cr\$ 100 mil, para reavaliar o plano urbanístico.

Rigidez

Com a aquisição de alvará de funcionamento, um microempresário também pode abater gastos no Imposto de Renda, além de poder utilizar um telefone residencial para contatos comerciais. E várias despesas ficam reduzidas em decorrência das instalações de uma casa. O zoneamento urbano do Plano Piloto e do Lago, provalmente o mais rígido do País, ficaria totalmente mudado, pois a cidade, que é toda compartimentada, já não teria áreas específicas para comércio e microindústrias.

IAB aconselha reflexão

A proposta do GDF em liberar alvarás de funcionamento de comércio em residências muda todos os projetos preliminares do Plano Piloto, que são sinônimos. A cidade projetada pelo urbanista Lúcia Costa e o arquiteto Oscar Niemeyer foi desenhada para ser uma "ilha administrativa". Tanto que a planejaram para receber 500 mil habitantes até o ano 2000. Já tem quase quatro vezes esta cifra.

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), José Roberto Bassul, diz que esta proposta do GDF pode mudar "todo o perfil social do Plano". Permitir a instalação de comércio em residências, na avaliação dele, é uma mudança forte no que foi planejado. Bassul acha que é preciso realizar uma espécie de seminário para discutir esta e várias outras mudanças no DF. "É preciso repensar o DF".

Mudanças

Bassul diz que várias outras

mudanças na estrutura da cidade têm de ser reavaliadas, em decorrência do Plano Collor. A venda dos imóveis funcionais, por exemplo, é um ponto que ele destaca entre estas mudanças. "A venda é saudável, mas veio num momento paradoxal, quando as pessoas estão perdendo o emprego e sem condições de comprar o imóvel".

A perspectiva para o DF, se não for repensada toda a estrutura sócio-econômica, diz Bassul, "é sombria". Ele acha que as demissões em massa poderão provocar até êxodo de pessoas demitidas para seus estados de origem, caso o Governo realmente demita 30% do funcionalismo. O presidente do IAB questiona ainda a forma como estas demissões estão sendo feitas; sem avaliações técnicas. "Se os servidores do extinto BHN (Banco Nacional da Habitação) não tivessem sido absorvidos pela Caixa Econômica Federal, toda a política habitacional teria acabado", exemplifica. (H.M.)